

Dívida Pública

CONTAS PÚBLICAS

Rombo do governo atinge R\$ 845,39 bilhões em fevereiro, valor 2,3% superior ao registrado no mês anterior. Os sete últimos aumentos na taxa de juros elevaram déficit em mais de R\$ 15 bilhões

Dívida interna cresce com elevação da Selic

Jefferson Rudy/CB/17.12.2003



PAULO VALLE: "HOJE, O BRASIL É VISTO DE MANEIRA DIFERENTE"

ções da moeda norte-americana e reduz a dívida cambial.

"Não era a atuação do BC que estava fazendo a cotação do dólar se recuperar. Decidimos não fazer a venda do swap por causa das condições de mercado. Mas não olhamos a taxa de câmbio para decidir", garantiu Simão. A especulação do mercado é de que o governo criou o mecanismo para ajudar na valorização do dólar e impulsionar as exportações. Agora, teria decidido estancar a alta do câmbio ocor-

rida nas últimas semanas.

Com as operações de swap e os resgates ordinários dos papéis, o governo já reduziu a dívida cambial em US\$ 14,4 bilhões neste ano, quase a metade de toda a diminuição ocorrida no ano passado, que foi de US\$ 27,8 bilhões. A parcela da dívida atrelada ao câmbio caiu de 8% em janeiro para 6%. "A política continua sendo de reduzir a exposição cambial, mas não dá para dizer quando chegaremos a zero", disse Simão.

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A dívida federal interna cresceu R\$ 18,69 bilhões em fevereiro, fechando o mês em R\$ 845,39 bilhões. O crescimento foi de 2,3%, em comparação com os R\$ 826,70 bilhões acumulados em janeiro. O maior responsável pela expansão foi o fato de o governo ter emitido mais papéis do que o volume de resgates. A diferença foi de R\$ 9,496 bilhões. O outro fator que impulsionou o estoque total foi a incorporação de juros, que chegou a R\$ 9,194 bilhões.

A alta dos juros vem pressionando a dívida nos últimos meses. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa básica (Selic) em 0,5 ponto percentual ontem vai custar mais

R\$ 2,467 bilhões aos cofres federais. Desde setembro do ano passado, os sete sucessivos aumentos de juros acrescentaram R\$ 15,184 bilhões à dívida federal.

Desde que o governo começou a elevar os juros para conter a inflação, a participação dos papéis pós-fixados (corrigidos pela Selic) na dívida vinha crescendo continuamente. No mês passado, entretanto, ela caiu de 59,5% do total para 58,4%. A queda se deveu principalmente ao avanço dos títulos prefixados, que têm os juros determinados no momento da emissão. Eles passaram de 18,7% para 20,43%.

No mês passado, o Tesouro começou a vender papéis prefixados com prazo de resgate de cinco anos. "Esse é o prefixado mais longo que já foi lançado no país, numa demonstração de

confiança dos investidores. Hoje, o Brasil é visto de maneira diferente depois da prova de fogo dos últimos anos", disse o coordenador da Dívida Pública, Paulo Valle. Quase 90% dos títulos foram vendidos para bancos estrangeiros, que olham a economia mais no longo prazo.

Por enquanto, o Tesouro está vendendo apenas R\$ 100 milhões

ATRAÇÃO
90%

dos títulos públicos foram vendidos para bancos estrangeiros, dado que sinaliza confiança na economia brasileira

por semana desse papel, mas pretende ampliar a oferta gradualmente, à medida que houver procura. Os investidores estão exigindo taxas em torno de 16,5% ao ano para comprá-lo, valor que o Tesouro considera bom para um título de cinco anos – o papel (NTN-F) paga juros semestrais. O interesse por papéis prefixados é uma aposta de que a Selic vai cair nos próximos anos.

Segundo o chefe-adjunto do Departamento de Operações do Mercado Aberto do Banco Central (BC), João Henrique Simão, a suspensão do leilão de swap reverso desta semana não teve o objetivo de estancar a desvalorização do câmbio. Nessas operações, o BC se compromete a comprar dólares numa ata futura. Na prática, a transação tem dois efeitos: pressiona para cima as cota-